



## CARTA ABERTA ÀS DEPUTADAS E AOS DEPUTADOS DA ALESC

O Fórum Catarinense de Defesa do Serviço Público repudia a maneira autoritária com que o Governador de Santa Catarina, Jorginho Mello, quer aprovar o projeto intitulado “Universidade Gratuita” na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) sem um debate mais profundo com a sociedade catarinense acerca das implicações sociais da medida.

Na última quarta (05/07), a Alesc aprovou, também sem qualquer diálogo mais ampliado, mudanças na Constituição Estadual para dar segurança jurídica à medida que será votada nesta terça (11/07).

Em princípio, o projeto prevê a transferência de recursos públicos que giram em torno de R\$ 1,4 bilhão para instituições privadas de ensino superior, o dobro do que hoje é investido por ano na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Além disso, a medida não estabelece qualquer reserva de vagas para estudantes mais pobres e deve acabar favorecendo aqueles que têm condições de pagar pela educação particular.

A esse montante se somam mais de R\$ 20 bilhões em impostos que Jorginho vai deixar de cobrar de industriais, agronegociadores e importadores, totalizando a transferência para a iniciativa privada de praticamente metade de todo o orçamento estadual previsto para ser arrecadado em 2023.

Nesse sentido, o Fórum Catarinense alerta as deputadas e os deputados da Alesc sobre o caminho perigoso que a casa tem trilhado nos últimos tempos, ao impedir que a sociedade civil organizada se manifeste sobre as matérias que são debatidas no parlamento catarinense.

SINTE-SC, SINJUSC, SINTESPE, SINDSAÚDE-SC, SINTRAFESC,  
SIMPE-SC, CONFETAM, SISERP, SINDTAE UFFS, SINTUFSC,  
APUFSC SINDICAL, SINTUDESC, SINDALESC, SINTRAJUSC,  
SINASEFE- Videira, CUT-SC, FETRAM-SC, SINTECT/SC,  
SINTRAM/SJ, APRUDESC, SINDASPI/SC, SINDISEA,  
SINDIRECEITA-SC, CTB-SC, SINASEFE - IFSC, INTERSINDICAL  
CCT SC E SINDIFISCO NACIONAL - FLORIANÓPOLIS